



Ref. 223/2020
JMC/JPM
Data: 2020.08.19

ASSUNTO: Visão Estratégica para o Plano de Recuperação – Contributo do Comité Olímpico de Portugal

O Comité Olímpico de Portugal (COP) tomou conhecimento que o documento em assunto, apresentado a 21 de julho de 2020, que constituirá a Visão Estratégica do futuro do país, para um horizonte de uma década, se encontra aberto para consulta, debate e apresentação de ideias, sugestões e contributos até ao próximo dia 21 de agosto.

Através de uma leitura ao documento em causa, bem como à descrição do mesmo, verifica-se a existência de *“10 eixos estratégicos em torno de (i) uma Rede de Infraestruturas Indispensáveis, (ii) a Qualificação da População, a Aceleração da Transição Digital, as Infraestruturas Digitais, a Ciência e Tecnologia, (iii) o Setor da Saúde e o Futuro, (iv) Estado Social, (v) a Reindustrialização do País, (vi) a Reconversão Industrial, (vii) a Transição Energética e Eletrificação da Economia, (viii) a Coesão do Território, Agricultura e Floresta, (ix) um Novo Paradigma para as Cidades e a Mobilidade e (x) Cultura, Serviços, Turismo e Comércio.”*

Ora, perante a declarada existência de 10 eixos estratégicos para a recuperação do país, sobre os quais assenta a estratégia de execução e investimento do pacote de fundos europeus aprovado pela União Europeia para o país, o COP não poderá deixar de salientar a ausência de qualquer referência ao setor do Desporto daquela lista de áreas objeto de um pensamento estratégico para a recuperação e estabilização do país e de, nessa medida, beneficiarem de orientações políticas, medidas de desenvolvimento e da respetiva alocação de recursos para o efeito. Nem mesmo no eixo X o Desporto tem uma referência como outras áreas socialmente relevantes, designadamente a Cultura ou o Turismo.

Essa ausência, não sendo propriamente uma novidade no pensamento político de quem projeta o futuro do país é, infelizmente, a manifestação, uma vez mais, de uma completa insensibilidade e capacidade cultural e política para entender o desporto como fenómeno global e, como tal, indispensável na construção das sociedades modernas.

Nesta descapitalização do pensamento político para o desporto perde o país, perde o desporto e perdem gerações de portugueses para as quais o desporto surge, quanto muito, reduzido à condição de entretenimento de fim-de-semana.

Parece que um setor que está a acolher no país as mais importantes competições desportivas mundiais, entre tantos outros eventos de excelência, dotado de centros de preparação desportiva de referência internacional para os mais reputados atletas e equipas, gerador de assinaláveis receitas nos mais diversos setores de atividade, como amiúde os responsáveis políticos sublinham e as evidências científicas de diversos estudos comprovam,

se torna inexistente ou irrelevante para um programa estratégico de relançamento económico e social.

É um facto que este setor tem um valor acrescentado bruto na economia portuguesa semelhante à do ramo de fabricação de produtos metálicos (1,2%), ultrapassando outros como a consultoria e programação informática (1,0%), a indústria do vestuário (0,9%) ou as atividades de arquitetura, de engenharia e técnicas afins (0,8%). Que em termos de emprego, tem uma dimensão semelhante à da indústria da madeira, papel e cartão (1,4%), superando ramos como a consultoria e programação informática (0,9%), as atividades imobiliárias (0,7%) e as telecomunicações (0,3%), assente numa base de voluntários responsáveis por 14.617,8 milhões de horas de trabalho voluntário formal, em 2012, o que correspondia a 7,6% do total de horas de voluntariado formal a nível nacional¹, não se afigura importante ou com expressão social e económica significativa para figurar como um pilar estratégico de desenvolvimento do país, ou sequer como um instrumento relevante para ter algum contributo a fim de concretizar as metas e objetivos de pelo menos um deles.

O desporto vale muito mais do que aquilo que custa, assim o comprovam os efeitos na redução do absentismo, no aumento da produtividade, no aumento da esperança de vida e no combate às morbilidades geradas pelo sedentarismo, conforme abundantemente estudado e divulgado por organizações de referência, como a [Organização Mundial de Saúde](#), mormente se atendermos nesta equação à evolução dos recursos públicos que são consignados ao seu desenvolvimento por via das contribuições dos portugueses em sede de Orçamento de Estado.

No plano económico, a atividade física e desportiva é um dos setores com maior capacidade de atração de investimento, consumo e criação de valor acrescentado, figurando como um instrumento primordial para alcançar 11 dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para 2030, como reconhecido no parágrafo 37 da [Resolução das Nações Unidas deste plano de ação global para o Planeta](#).

Porém, uma visão estratégica que considera que “A sociedade reconhece e exige um plano de recuperação verde, alinhado com os objetivos de sustentabilidade da Agenda 2030 e que respeite os limites do nosso planeta” oblitera em todo o documento o papel daquele que [para as Nações Unidas](#) é um dos mais transversais instrumentos [para este desígnio](#), sendo a [sustentabilidade](#) um dos três pilares do Movimento Olímpico, com um [amplo desenvolvimento e implementação](#) nos seus eventos, projetos e práticas quotidianas à escala global.

Poder-se-ia aqui elencar um infindável acervo científico, político, histórico e técnico sobre a importância social, económica, política, cultural ou educativa do desporto para o desenvolvimento de qualquer comunidade, região ou país, que nos levam a acreditar não

¹ Cfr. Estudo comissionado pela Direção Geral de Educação e Cultura da Comissão Europeia, Relatório Final, novembro de 2012, consultável em versão resumida e traduzida para português pelo Comité Olímpico de Portugal [aqui](#).

poder ser o desconhecimento ou desinformação técnica do grupo de peritos que conduziu este trabalho a traçarem um rumo ao arrepio dos mais importantes instrumentos de planeamento estratégico e desenvolvimento socioeconómico à escala global, onde a transversalidade do desporto figura como uma prioridade no domínio do Turismo, da Inclusão Social, da Saúde Pública, da Educação, da Economia Regional, do Comércio, da Coesão do Território, ou de um Novo Paradigma para as Cidades e a Mobilidade.

São já incontáveis as ocasiões nas quais o COP e o movimento desportivo nacional tiveram oportunidade de partilhar com os diferentes órgãos de soberania – Presidente da República, Assembleia da República e Governo-, e com a Administração Pública Desportiva, mas também com partidos políticos com assento parlamentar, as suas preocupações sobre a sustentabilidade do universo desportivo nacional e a sua desvalorização na construção de políticas públicas para o setor e para o país, hoje, durante e depois da crise, tanto como antes da mesma ter aparecido.

Com efeito, não só partilhou as preocupações como também apresentou um conjunto de propostas de medidas de combate aos efeitos devastadores que a paragem abrupta da atividade desportiva teve sobre os diversos entes que compõem o tecido desportivo nacional, que são, na sua grande maioria, e sobretudo na sua base, Clubes, associações privadas sem fins lucrativos, compostas maioritariamente por voluntários.

O COP estudou opções, aprofundou e propôs medidas, amplamente documentadas e suportadas em evidências, como se constata dos documentos ora em anexo. Também, em conjunto com as outras duas entidades de cúpula do sistema desportivo nacional - a Confederação do Desporto de Portugal e o Comité Paralímpico de Portugal - e todo o universo de federações desportivas portuguesas, organizou a Cimeira das Federações Desportivas da qual saiu, por aprovação unânime, uma [Moção](#) que apresentou ao Governo e órgãos de soberania para mitigar o efeito da crise pandémica, evitando o colapso das organizações desportivas e estimulando a recuperação do setor, em plano de igualdade com os demais, nomeadamente os mais vulneráveis ao impacto da crise.

A este propósito, o COP assinalou a necessidade de o Governo garantir que o setor do Desporto não fosse afastado da mesa de discussão e, acima de tudo, das medidas de retoma e recuperação planeadas, tendo-se, aliás, feito alusão ao facto do Departamento de Economia e Assuntos Sociais das Nações Unidas ter aconselhado as autoridades governamentais a adotarem políticas que pudessem proteger o Desporto do forte [impacto causado pela pandemia de COVID-19](#).

No âmbito da União Europeia, quer o Conselho quer o Parlamento Europeu produziram documentos onde exortaram os Governos dos Estados-membros a dedicarem uma parte dos apoios comunitários à área do Desporto. E os exemplos que chegam de toda a Europa são no sentido de apoio ao desporto, em Inglaterra com o [Fundo de Emergência Comunitária](#), na Alemanha, com o programa [“Apoia o teu Desporto”](#) ou em França, com o

programa [“Apoia o teu Clube”](#), financiados pelas lotarias nacionais e diretamente pelos respetivos Governos e em defesa desta atividade.

Sucede, porém, que, até à data, e excetuando as medidas progressivas de retoma às atividades desportivas das diferentes modalidades que têm vindo a ser inseridas no pacote aprovado em Conselho de Ministros para as fases de desconfinamento, e nem aí oportunamente acompanhadas pela devida atualização das orientações das autoridades nacionais de saúde pública, o COP não conhece qualquer medida específica de proteção e recuperação económica do setor desportivo.

O desporto, ao contrário de outros setores de atividade do país, não teve por parte do Governo qualquer orientação sobre um pacote de medidas de proteção à sua sustentabilidade financeira, antes se optando por aceitar a sua inclusão em medidas de caráter económico – financeiro desenhadas para outras realidades que não a desportiva.

Num período de enorme delicadeza e incerteza, onde a vasta maioria das modalidades desportivas continua sem poder organizar competições, ou as organiza à porta fechada sem receitas de bilheteira, a ausência de uma resposta governamental agudiza as vulnerabilidades de [um setor](#) económico de emprego intensivo que representa cerca de [2,12% do PIB da União Europeia](#) e que agora se vê condicionado no desenvolvimento da principal atividade geradora de receitas.

Foi por este enquadramento, que realça, por um lado, o peso económico do setor e, por outro, revela os efeitos nefastos que sobre o mesmo recaíram em face das medidas de controlo da pandemia por COVID-19, que tivemos oportunidade de afirmar: a apresentação do Programa de Estabilização Económica e Social (PEES), no âmbito do qual o Desporto primou pela ausência, constituiu um elemento revelador do parco peso político que o desporto tem junto dos outros setores da governação, mas também, como se volta a verificar neste documento, da total desconsideração e ausência de uma visão estratégica para o país na qual o desporto tenha lugar.

Tal ausência certificou o modo como o Governo considera o setor e, como o próprio, trata aqueles que no seu seio respondem politicamente pelo desporto. Mas também a perceção que os peritos que redigiram este documento têm sobre o impacto e o potencial deste instrumento de política pública na recuperação e desenvolvimento do país, [em contraciclo](#) com as boas práticas de [planeamento estratégico na União Europeia](#), desde logo ao [cruzarmos a fronteira](#).

Acresce que no referido Programa de Estabilização, para além de não haver qualquer referência ao Desporto, constatou-se ainda que algumas das medidas apresentadas são expressamente financiadas pelas receitas dos Jogos Sociais, cujo volume de negócios assenta, em parte, no produto gerado pelo desporto e as suas competições. Ora, da leitura do documento em apreço nada nos leva a crer que tal não se repita ou venha até a agravar-se, num histórico de subtração de receitas e justo retorno ao universo desportivo pelo

produto das apostas geradas com base nos eventos e competições cujas organizações que o compõem são as legais titulares dos direitos desportivos, comerciais e de imagem. [Também aqui ao arripio da tendência europeia](#) que encontra no desporto [o setor primordial a financiar pelos jogos sociais](#), desde logo pela simples e elementar razão das Lotarias e outros operadores obterem as suas receitas e organizarem as suas apostas tendo por base o labor das organizações desportivas.

Àquela data, extraímos uma conclusão óbvia: o Governo de Portugal conta com o Desporto em determinados (e quiçá convenientes) contextos e circunstâncias, nomeadamente para ser o motor de financiamento das designadas “boas causas”, mas não o reconhece com suficiente importância política e económica para ser incluído no seu PEES.

Volvidos quase dois meses, como em relação ao PEES naquele momento também se referiu, poder-se-ia argumentar que esta Visão Estratégica constitui um documento que trata apenas de setores transversais mais relevantes no plano económico-social do país. Mas, novamente, tal está muito longe de se poder afirmar, uma vez que o mesmo revela, uma vez mais, a tomada de opções pelos agora considerados 10 eixos estratégicos para a recuperação, analisando, aprofundando e avançando propostas concretas para setores de atividade específicos.

Assim sendo, é, pois, de novo, que o COP e todo o universo desportivo constatarem que a esperança vã de ver o desporto ser devidamente considerado choca com a tremenda surpresa de, neste novo documento - que constituirá a Visão Estratégica para o país num horizonte de 10 anos, que coincidirá, no primeiro semestre de 2021, com a 4.ª Presidência portuguesa do Conselho da União Europeia, e sendo este o documento que se apresentará à Comissão Europeia para utilização dos respetivos fundos -, se ver o desporto totalmente ignorado e negligenciado, divergindo das recentes orientações europeias em matéria de inclusão das organizações e agentes do setor nas linhas de financiamento europeu à recuperação económica e social, e sem uma agenda tangível para potenciar o financiamento específico para o Desporto no âmbito do Programa Erasmus+ Desporto, com medidas alinhadas com [o Plano de Trabalho da União Europeia para o Desporto \(2017-2020\)](#)

Mais uma vez, naquilo que poderia ser para Portugal uma oportunidade para o Desporto ser tratado ao nível dos indicadores que o sustentam, ou seja, como uma área setorial transversal e relevante para alavancar a economia e diversos setores de atividade, foi o mesmo ignorado nas orientações políticas nacionais de um documento que se quer estruturante para o futuro.

De resto, os seus autores, ignoraram completamente os agentes do setor desportivo cultivando um distanciamento próprio de quem tendo ideias consolidadas para o futuro do País, pouco tem a receber dos que acreditam que o direito consagrado na Constituição da República Portuguesa é para ser garantido desde logo pelo Estado.

A ausência de uma matriz sólida e de um pensamento estruturado sobre o futuro do desporto transformará, uma vez mais, a sua governação num roteiro casuístico ao sabor da espuma dos dias, afastando-se de vínculos duráveis e do compromisso no tempo com as diferentes perspetivas de cada interveniente, na opção por uma estratégia clara e escrutinada pelos cidadãos.

Neste contexto não admira que Portugal seja dos países da União Europeia com maior produção normativa para o desporto e dos poucos sem um programa estratégico abrangente para esta área, com os custos que tal acarreta.

O trabalho agora apresentado como Visão Estratégica é mais uma oportunidade perdida de ajudar ao planeamento estratégico e à definição de um quadro de orientação para as políticas públicas do setor alienando e desprezando os corpos sociais intermédios do setor desportivo de um *ethos* de compromisso para com o futuro.

Concluindo-se, portanto, na senda de anteriores documentos e da ausência de medidas tangíveis e de uma resposta firme ao impacto da crise pandémica no desporto nacional, que este não tem lugar na reflexão e no desenvolvimento de uma visão estratégica para o futuro do país nas mais diversas dimensões económicas e sociais, em total dissonância com o posicionamento que o desporto ocupa na alavancagem da recuperação dos países da União Europeia, e com as orientações da generalidade das organizações internacionais, com a Organização das Nações Unidas à cabeça, nomeadamente quando recentemente, sob a sua égide, 118 Estados-membros, entre os quais Portugal, aprovaram uma [declaração conjunta](#) sobre o impacto da Covid-19 no desporto e os seus efeitos no desenvolvimento social, nos seguintes termos:

“Apelamos assim a todos os Estados para incluírem o desporto e a atividade física nos seus planos de recuperação pós COVID-19 e a integrar o desporto e a atividade física nas estratégias nacionais para o desenvolvimento sustentável.”

Perante afirmações e declarações, isoladas ou conjuntas, que se posicionam no polo diametralmente oposto ao do teor dos documentos que se elaboram e das opções políticas que se tomam, o COP terá que se interrogar se é este o cartão-de-visita, com impacto a dez anos, que o país tem para mostrar quando assumir, no primeiro semestre de 2021, a presidência da União Europeia, num momento em que a presidência croata e, no presente semestre a presidência alemã, em conjunto com o movimento olímpico e desportivo, têm envidado esforços para que a natureza associativa do tecido desportivo não prejudique a sua elegibilidade aos fundos europeus previstos no plano de recuperação da UE e o desporto figure em plano de igualdade com outras áreas vulneráveis ao impacto da crise?

Deste modo, resta-nos transmitir a profunda decepção e preocupação por esta ausência e apelar a uma nova consideração destes argumentos e, consequentemente, a inclusão de medidas diretas para apoio a esta dimensão social, refazendo a ideia dogmática que a aposta no desporto, ao invés de um custo, é um verdadeiro investimento e, nessa medida,

reponderar esta temática com base, entre o mais, nos documentos anexos² ao presente ofício, que servem de contributo para a revisão da Visão Estratégica, aguardando que a melhoria deste documento, desta visão, seja ainda possível, com a devida inclusão do Desporto num dos seus eixos estruturantes.

O Comité Olímpico de Portugal revela a sua total disponibilidade para cooperar no encontrar das melhores medidas de apoio ao Desporto e acertar as formas de execução das mesmas, garantindo assim que este setor não é negligenciado como até ao momento tem sido.

Com os melhores cumprimentos,

Comité Olímpico de Portugal



José Manuel Constantino
Presidente

C.C.:

Primeiro-Ministro

Ministro da Educação

Partidos com Representação Parlamentar

Secretário de Estado da Juventude e Desporto

Presidente do Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P.

Presidente do Comité Paralímpico de Portugal

Presidente da Confederação do Desporto de Portugal

Federações Desportivas Nacionais e restantes membros COP

² **Anexos (6): 1** -Parecer do COP relativo ao Modelo de Financiamento do Desporto Nacional (fevereiro, 2019); **2** - Impacto da COVID-19 no Desporto – Preocupações e Propostas de Medidas Extraordinárias apresentadas pelo COP a Sua. Exa. o Primeiro-Ministro (abril, 2020); **3** - Medida de Sustentabilidade do Modelo de Financiamento do Desporto (maio, 2020); **4** - O Financiamento ao Desporto – Jogos Sociais e Apostas Desportivas (junho, 2020); **5** - Ofício subordinado ao tema “Turismo e Diplomacia Desportiva” (julho, 2020);e **6** – Declaração conjunta de 118 Estados-Membros sobre o impacto da COVID-19 no Desporto, na Atividade Física e no Bem-Estar, e os consequentes efeitos no desenvolvimento social (julho, 2020).